

## CPI da Terra vai realizar inspeção no Projeto Jari

Da sucursal de  
BRASÍLIA

A comissão parlamentar de inquérito que examina o sistema fundiário brasileiro deverá fazer uma viagem às instalações do projeto Jari, "não apenas para conhecê-lo e sim, efetivamente, para inspecioná-lo". A decisão resultou da explanação feita pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, de *O Estado de S. Paulo*, que levantou vários pontos controvertidos do empreendimento e a necessidade de que eles sejam verificados diretamente e levados à opinião pública pela imprensa independente.

O jornalista ressaltou que a Jari tem o direito de controlar o ingresso de pessoas estranhas na sua propriedade mas argumentou que, quando alguns detalhes importantes não estão suficientemente esclarecidos (como a área que realmente pertence à empresa e a que ela ocupa irregularmente), justifica-se uma inspeção dos órgãos que representam a opinião pública. Recentemente, o ministro Shigeaki Ueki voltou do projeto Jari entusiasmado, como sempre ocorre nessas rápidas visitas oficiais, e convidou todos os brasileiros, especialmente os pessimistas, a visitarem o empreendimento. Mas a Jari proíbe terminantemente o ingresso de jornalistas, exceto em alguns casos especiais. A comissão prometeu levar jornalistas em sua inspeção.

Destacando que a Jari é um dos poucos projetos que realmente aplica seu dinheiro na Amazônia, ao contrário da maioria, "que acaba apenas especulando com recursos oficiais", o jornalista considera indispensável uma avaliação crítica do que a empresa está fazendo. Um dos contrastes existentes no projeto, segundo Lúcio Flávio, é o uso de alta tecnologia e capital intensivo associado a formas de exploração da mão-de-obra tipicamente pré-capitalistas. O jornalista citou vários documentos, inclusive oficiais, sobre irregularidades praticadas contra os trabalhadores, acrescentando que é impossível apurar responsabilidades e puni-las "porque a empresa diz que não tem nada com isso, já que contrata empreiteiros para o recrutamento de mão-de-obra". Como as empreiteiras juridicamente nem existem, não podem responder civil e criminalmente.

Observou ainda o jornalista que a Jari, mediante contrato de seguro, se compromete a pagar 25 mil cruzeiros a um trabalhador acidentado, mas uma inspeção do Ministério do Trabalho verificou que a empresa nada sabe sobre a origem e os familiares dos trabalhadores que fazem o desmatamento. "Como pode, então, remeter esse dinheiro?" Lúcio Flávio disse que o Estado abdicou do comando do processo de ocupação econômica da Amazônia, "deixando que a filosofia do lucro imediato e fácil impregnasse tudo". Em consequência, o capi-

talismo que avança com essas frentes "é predatório, selvagem, insensível aos custos sociais do desenvolvimento".

Com base em estatísticas do Inera, o jornalista procurou mostrar que o governo "não cumpriu ainda o principal compromisso que assumiu com a Nação ao dar-lhe o Estatuto da Terra: destinar terra aos que dela precisam para sobreviver, alimentar os demais e contribuir para o progresso e a independência econômica do País".

Os números, segundo ele, indicam que: 1) os latifúndios improdutivos não diminuíram e, ao contrário, multiplicaram-se, polarizando ainda mais a estrutura de posse da terra; 2) raras empresas rurais foram constituídas; 3) o minifúndio consolidou-se, inclusive, como decorrência de uma política de titulação equivocada que o Inera vem adotando; 4) a capacidade do governo de organizar projetos de colonização para absorver a população rural sem terra diminuiu muito, enquanto os projetos já existentes se tornam cada vez mais impotentes para melhorar as condições sócio-econômicas de seus parceiros.

Alertou o jornalista que, impedindo a expansão dos projetos oficiais de colonização, permitindo a ampliação das licitações públicas (sem poder impedir que uma só pessoa adquira vários lotes), dando todo o apoio à formação da grande propriedade e substituindo as culturas alimentares por culturas comerciais de exportação, o governo corre o risco de agravar a tensão social já existente na Amazônia. "A situação poderá até fugir ao seu controle, pois o que ele está criando são novas capitânias hereditárias".

Como o Inera não distribui títulos na escala necessária, comete erros fundamentais na titulação provisória e há todo estímulo à grande propriedade, o elevado número de colonos que chegam a Amazônia "torna-se uma leva errante, logo transformada em posseiros, que sem ver perspectivas legais para adquirir um lote de terras, acaba utilizando-se de meios violentos para obtê-lo".

Na Amazônia, acrescentou Lúcio Flávio, "vive-se o ante-ato da criação e o ante-ato da destruição. No meio rural, domina em muitas áreas o bandido, remetido pelo mocinho que, de longe, assiste tranqüilo a entevos na convicção de que a ordem só poderá ser construída com os ossos da destruição". Essa visão "é responsável pela desorganização do meio rural, onde prevalece literalmente a lei da selva, a seleção natural das espécies que Darwin não assinalou. E do campo partem levas de migrantes no rumo das precárias cidades da Amazônia, cada vez mais caóticas, cada vez mais explosivas. Vivendo neste decisivo momento de transição, cabe-nos decidir que legado transmitiremos às gerações que nos sucederem na tarefa de demonstrar que o homem não é incompatível com a natureza, nem com o próprio homem".